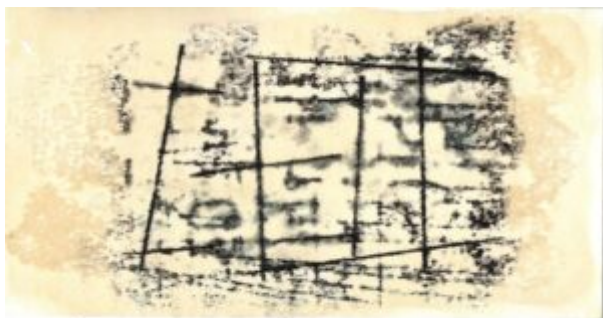


## PT 40 anos - A questão da autocrítica



Por João Feres Júnior\*

*Uma possível mea culpa do PT seria um péssimo exemplo para a educação política dos brasileiros, seria um endosso à narrativa mistificadora midiática de criminalização da política*

Esse artigo é a primeira parte de um conjunto de dois que tem como tema o PT. Ele apresenta a crítica à ideia de que o partido necessita fazer uma autocrítica pública. No segundo artigo argumento que a crítica a ser feita é de outra natureza e bastante mais complexa.

Pelo menos desde o impeachment de Dilma Rousseff circula entre quadros do partido, simpatizantes e gente de outros partidos, mormente da esquerda, a proposta de que o PT deveria vir a público fazer autocrítica. Tal proposta pode ser sintetizada pelo seguinte raciocínio. Por ter se envolvido em escândalos de corrupção, o partido deveria vir a público declarar arrependimento e tentar, assim, reganhar parte dos eleitores perdidos ao longo dos anos.

Vamos supor primeiro que essa proposta não seja meramente instrumental, isto é, que o ato de *mea culpa* não seja motivado somente pelo desejo de reverter perdas eleitorais, mas por um sentimento moral de arrependimento. Essa é certamente sua interpretação mais nociva, pois reduz a política à moralidade comum. Não é preciso ler Maquiavel para entender que a virtude da honestidade pode ser um forte motivador das ações individuais e gerar prazer e paz de espírito para quem se imagina agir guiado por ela, mas não produz necessariamente bens públicos, que são o fim último da virtude política.

Só alguém cegado pelo moralismo pode imaginar que a maior virtude de um político é ser honesto. É bem fácil conceber líderes honestos e cruéis, incapazes de promover o bem de sua comunidade. Imaginem, por exemplo, se esses economistas neoliberais que insistem em infestar a administração pública fossem honestos. A tragédia que promovem não seria muito menor. Ademais, é bem possível que alguns deles até acreditem que ao promoverem em primeiro lugar os interesses do sistema financeiro e do capital em geral, estariam de fato zelando pelo bem comum, via algum tipo de efeito cascata ou algo que o valha. Sua honestidade, contudo, não melhoraria em nada o estado das coisas.

Se descermos desse plano mais ideal de análise para o exemplo concreto do nosso país, somos obrigados a considerar questões de prudência ainda mais perturbadoras em relação a essa proposta. O PT foi objeto de uma campanha sistemática de criminalização da política promovida pela mídia grande brasileira com a colaboração de setores do Judiciário, do Ministério Público e de partidos de centro-direita e direita. Os números das nossas pesquisas do [Manchetômetro](#) não mentem.

Dilma foi soterrada por uma cobertura política avassaladora, a partir do primeiro mês de seu segundo mandato, até sua remoção. Lula foi perseguido sistematicamente pelos grandes jornais e programas televisivos de grande audiência, vítima de uma cobertura desonesta e fortemente enviesada que não sossegou mesmo depois de sua condenação e prisão, a despeito de todas as irregularidades envolvidas nos processos que foram movidos contra ele, irregularidades essas quase

sempre ignoradas pelos grandes veículos.

Pois bem, para além das várias injustiças cometidas nos processos de impeachment de Dilma e de perseguição a Lula, essa campanha de mídia teve como resultado a desvalorização forte das instituições políticas representativas frente à população – não vou usar gráficos aqui para preservar o fluxo do texto. Essa pedagogia antipolítica e antidemocrática opera justamente por meio da redução da política à moralidade. Qualquer um que já entabulou conversa com antipetistas *garden variety* saberá exatamente o que estou dizendo. Parece que sofreram lavagem cerebral. Vomitam frases feitas que poderiam muito bem ter sido retiradas da capa de *O Globo*, de editoriais do *Estadão* ou das colunas das revistas *Veja* e *Isto é*.

Ora, ao fazer um *mea culpa*, o PT estaria confirmando essa visão estreita de nossa vida coletiva, dando crédito a narrativas que causaram dano ao partido e, ironicamente, aos partidos de direita que as promoveram, como o PSDB. Foi a disseminação dessas narrativas que criou as condições necessárias para a eleição do campeão da antipolítica, Jair Bolsonaro.

Essa proposta de autocrítica pública vem muitas vezes revestida de um anseio pela regeneração do partido; pela volta a seus valores de origem, supostamente corrompidos pela aproximação ao poder. De fato, por um bom período o PT foi um partido bastante moralista. Há justificativas históricas para isso. Diferentemente de agremiações como o MDB e PDS/PFL/DEM (Arena), que mantiveram participação política institucional durante o período da Ditadura Militar, o PT adveio quase que exclusivamente dos movimentos de resistência à ditadura.

Para seus militantes as instituições do Estado simbolizavam repressão, arbítrio, opacidade e, muitas vezes, corrupção. A prevalência de ideologias utópicas, mormente socialistas, entre os quadros ajudava a fomentar a percepção de que o Estado, e na prática o governo, era algo a ser combatido, boicotado ou mesmo evitado. E por fim tem o componente católico, que foi forte na formação e consolidação do partido. O cristianismo tem, desde a sua fundação, vertentes fortemente antipolíticas – vide Santo Agostinho – e seus seguidores mais fervorosos tem extrema dificuldade de não submeter todas as ações humanas ao filtro da moral cristã.

A cultura do partido, altamente moralista em seu nascedouro, começou a mudar, de forma às vezes dramática, a partir das vitórias seguidas nos pleitos municipais, coisa que tive a chance de testemunhar pessoalmente em Campinas. A mudança maior veio, contudo, com as seguidas vitórias conquistadas nas eleições presidenciais. A ocupação do executivo federal forçou o partido a encarar seriamente, como nunca, as questões pertinentes à administração pública e aos processos políticos que a circundam. A adaptação do governo petista ao presidencialismo de coalizão foi um difícil aprendizado, que funcionou bem por anos, mas que teve um final não muito feliz. E tal aprendizado teve como pré-requisito necessário a desconstrução do moralismo original.

O moralismo nunca abandonou o PT inteiramente, contudo. Diferentemente dos partidos tradicionais de esquerda que o precederam, todos de alguma forma doutrinários, o PT nunca constituiu uma doutrina. Porém, resíduos idealistas, muitas vezes ligados a formulações utópicas e espontaneistas da vida coletiva, ainda alimentam anseios moralistas entre seus quadros.

Só para citar um exemplo da mais alta relevância, a crise política que se abateu sobre o governo Dilma, para além do boicote sistemático da mídia e das forças políticas conservadoras, contou com a colaboração de uma boa dose de moralismo, que parece ter mitigado fortemente a capacidade do governo navegar em suas águas turbulentas. As evidências disso são numerosas e tomariam um artigo inteiro, senão mais, para serem desenvolvidas.

Então, se essa odisseia política do PT, imperfeita e dolorosa como foi, produziu algum aprendizado em termos da melhor compreensão da política como atividade que não deve se pautar pela moralidade individual tradicional, essa proposta de *mea culpa* poria tudo a perder. Seria um péssimo exemplo para os membros do partido e para a educação política dos cidadãos brasileiros em geral, vítimas preferenciais das mistificações midiáticas. Ao fazer uma *mea culpa* pública, o PT

estaria confirmando a narrativa midiática de criminalização da política.

Não havia virtude alguma no moralismo original do partido, pelo contrário. Este era calcado em uma visão ingênua e equivocada da política, compreensível em um período imediatamente posterior à ditadura, mas inaceitável no momento histórico atual. Erram aqueles que dizem de maneira até simpática que o PSOL de hoje é o PT de ontem. O moralismo que assola os políticos e seguidores do PSOL, por exemplo, ao condenar a adesão do PT ao presidencialismo de coalizão, é falta muito mais grave do que a ingenuidade petista original. Nós nos tornamos propriamente humanos por meio da capacidade de aprender com as experiências dos outros. Se assim não fosse, estaríamos ainda habitando o topo das árvores (perdão pela literatice hiperbólica, nossos primos primatas também aprendem uns com os outros).

Pois bem, agora vamos examinar brevemente a opção de que tal proposta tenha uma finalidade meramente instrumental, isto é, de recompor a imagem do partido frente a eleitores que passaram a rejeitá-lo. Aqui temos um problema de ação coletiva, pois se o partido tomar tal atitude sem que seja acompanhado por outras agremiações políticas, também envolvidas em escândalos de corrupção em passado recente, estaria correndo o risco de confirmar a mais maliciosa de todas as narrativas construídas pela campanha de mídia: a de que o PT era o grande organizador da corrupção política nacional, o mais corrupto de todos os partidos, uma quadrilha cuja única finalidade era se manter no poder por meio da corrupção, etc. Por outro lado, qual a probabilidade concreta de que outros partidos venham à público “lavar roupa suja”? PSDB, DEM, MDB, PP? E os novatos PSL, PSC, entre tantos outros? Próxima de zero, arrisco dizer.

Por fim, outro elemento escandalosamente ingênuo de tal proposta reside nessa concepção de “vir a público”. Apesar de ter permanecido quase uma década e meia na presidência, o partido não assegurou para si qualquer meios eficazes de comunicação sequer com seus membros, quanto mais com seu eleitorado e com a população brasileira em geral. Assim, esse “vir a público” constituiria na prática a sujeição aos enquadramentos dos grandes meios de imprensa que então relatariam à população esse ato de redenção.

Não precisa ser muito criativo para imaginar os comentários que figuras como Miriam Leitão, Carlos Alberto Sardemberg, Josias de Souza, Eliane Cantanhede, e muitos outros fariam sobre o fato, as reportagens que a *Folha*, o *Estado* e o *Jornal Nacional* produziram, etc. Uma coisa é certa, ao levarmos a sério a realidade comunicacional do nosso país, constatamos que a ideia é propriamente absurda.

Em suma, a proposta de uma *mea culpa* petista parece ser expressão da perspectiva cristã de que a verdade liberta, motivo esse já em uso pelo campo ideológico que hoje ocupa o executivo federal. Eles pelo menos sabem que isso é pura balela, somente para inglês ver.

**\*João Feres Júnior** é professor de ciência política do IESP-UERJ. É coordenador do GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (<http://gema.iesp.uerj.br/>) e do LEMEP – Laboratório de Estudos de Mídia e Espaço Público